

AS IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA.

Dra Viviane Neves Legnani

Ms. Altair José dos Santos

Camila Balduino Soares

Carla Henrique Gomes

Gabriela Viera Lopes

Lethícia Vargas Pereira

NEPPEC – Faculdade de Educação/Universidade Federal de Goiás

Comunicação

Psicologia e processos psicossociais

O presente trabalho é um desdobramento da pesquisa em andamento *Configurações Familiares e Práticas Educativas* vinculada ao NEPPEC (FE – UFG), que objetiva investigar a utilização de práticas violentas na educação dos filhos, com ênfase nos processos psíquicos do agressor. A pesquisa, ao fim, será realizada com seis famílias previamente selecionadas nos Conselhos Tutelares com ocorrência de violência física de pais ou cuidadores contra crianças e/ou adolescentes. A primeira fase da pesquisa encontra-se em curso, com destaque a aplicação de questionários em famílias pré-selecionadas. Os dados coletados apontaram para uma confluência em uma única pessoa da figura de autoridade, de provedor material e reserva afetiva, sendo esta o/a agressor(a), na maioria das famílias pesquisadas. Estudos anteriores já apontaram esses dados. Considerando a família como uma instituição historicamente constituída, a ambivalência emocional entre pais e filhos é decorrente dessa confluência e está ligada ao fato de, no início da vida, a afetividade vincular-se à subsistência. Na Modernidade, as transformações na família parecem lançar crianças, pais e substitutos em tal situação de desamparo, levando-os a experimentarem um misto de amor e ódio. Levanta-se a hipótese, para um futuro aprofundamento, que a agressão aparece como um recurso subjetivo intrínseco ao desamparo, que visa reconhecer e sustentar o lugar subjetivo dos membros na família.

Palavras Chave: família; autoridade; modernidade.

A discussão em tela visa contemplar a relação entre as configurações familiares contemporâneas e a utilização de práticas violentas na educação de filhos ou dependentes. Nesse sentido, uma revisão bibliográfica foi realizada, de modo a apreender o movimento histórico no qual a família burguesa se constituiu e vem se transformando. O modelo familiar burguês do início do século XX tem sido superado, abrindo espaço para que novas configurações apareçam. Com a Modernidade, a união matrimonial ganha outros elementos, além da mera transmissão de bens e do interesse social, que marcavam as relações matrimoniais monogâmicas até o fim da Idade Média. Segundo Poster (1979), ao longo do século XVIII, os casamentos passaram a ser mais motivados pelo discurso de amor romântico, que camuflava os interesses econômicos envolvidos nele.

Engels (1975), afirma que o amor romântico emerge à medida que o modo de produção capitalista se estrutura. Os modelos familiares neste contexto se modificaram e se modificam em função dessa realidade – e a transformam em contrapartida. Entretanto, o que se percebe é que essa maior flexibilidade dos modelos familiares,

visando a constituição da família baseada no amor, não garante à criança maior proteção contra a agressão de pais e cuidadores.

Este trabalho é um desdobramento da pesquisa em andamento *Configurações Familiares e Práticas Educativas* vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicologia Educação e Cultura (FE – UFG), que objetiva investigar a utilização de práticas violentas na educação dos filhos, com ênfase nos processos psíquicos do agressor. Segundo Poster (1979)

As práticas e atitudes na criação dos filhos são de importância central para esta teoria da família. Também são uma excelente via de acesso relativamente fácil ao campo escuro das relações de família (p.169).

Com a finalidade de conhecer mais acerca do cotidiano das famílias envolvidas na pesquisa e sobre as práticas utilizadas na educação dos filhos ou dependentes, foram construídos dois questionários: o geral, a ser respondido por um dos membros responsáveis pela família, no qual constam informações como renda familiar e outras características gerais da família; e o individual, a ser respondido por todos os membros da família, com o objetivo de identificar, dentre outros dados, a figura de autoridade e a reserva afetiva. Conhecer a rotina familiar é importante uma vez que, conforme o autor, contribui para a teorização da família ao fornecer elementos para compreender que tipo de grupo a família constitui.

Responderam aos questionários, dezessete famílias, que foram selecionadas nos Conselhos Tutelares de Goiânia seguindo o critério de ter havido pelo menos uma denúncia de violência física intrafamiliar contra crianças e/ou adolescentes, sendo que foram priorizados os casos mais recentes. Ainda foi levada em consideração a configuração familiar, visando alcançar a maior variedade possível de modelos. Antes de iniciar a aplicação dos questionários, foi solicitada a assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE's). Cada adulto, com idade igual ou superior a dezoito anos permitia individualmente sua participação nas etapas. A permissão para inclusão de menores em idade escolar na pesquisa era fornecida pelos pais ou responsáveis. Crianças que ainda não atingiram a idade escolar não responderam às questões.

No processo de tratamento dos dados, foi feito o genograma de cada família com os dados coletados. Genograma é uma representação gráfica da vida familiar, na qual constam informações que contribuem para a visualização da estrutura da família e das relações nela presentes. Assim, os dados relevantes ganharam destaque e clareza. Com a análise dos genogramas, constatou-se que na família contemporânea as figuras de autoridade, de reserva material e de reserva afetiva, não mais se distribuem entre seus membros da mesma forma que na família burguesa tradicional.

A família, conforme Engels (2002) e Ariès (2006) defendem, passou e ainda passa por várias mudanças. Isto porque qualquer instituição social se insere em um movimento dialético, modificando a realidade na qual vivemos e por ela sendo modificada. Engels sugere que a forma dos homens e mulheres se relacionarem é definida pela materialidade. Assim, o modo de produção de cada sociedade estaria intimamente ligado à constituição da família e do próprio sujeito. Nesse sentido, entende-se que as transformações na sociedade produzem – e são produtos das – mudanças na família, inclusive na forma como ela se organiza. Por conseguinte, a violência intrafamiliar é um dos frutos de uma sociedade violenta.

Na Modernidade, as transformações na família parecem lançar crianças, pais e substitutos em uma situação de desamparo, levando-os a experimentarem um misto de amor e ódio. O pai já não é mais o único provedor material e a autoridade máxima

dentro da família, bem como a mãe não é apenas a reserva afetiva. Na família contemporânea essas funções se misturam e se distribuem entre seus membros de forma menos estanque.

Percebe-se, portanto, que a família contemporânea perdeu muito da rigidez que marcou a família burguesa em seu início, quando a função de cada um, para a manutenção da família, era definida em função do sexo. Das famílias participantes da pesquisa, sete indicaram a mesma pessoa para figura de autoridade, reserva afetiva e provedor financeiro, sendo que quatro destas famílias indicaram pessoas do sexo feminino e três famílias indicaram pessoas do sexo masculino. Das dez famílias restantes, três indicaram que há uma distribuição igualitária das funções entre os membros da família - por exemplo, o pai indicado como figura de autoridade e reserva financeira e a mãe indicada como reserva afetiva e financeira - e duas não indicaram ninguém como reserva afetiva.

Destarte, constata-se uma confluência de duas ou mais funções em uma pessoa - não necessariamente o patriarca. Tal confluência já fora discutida em estudos anteriores, como o realizado por Poster, tendo sido apontada como fonte da ambivalência vivenciada pela criança no seio familiar, devido às novas responsabilidades que a família assumia perante a criança.

Com as novas formas de amor e autoridade, a família burguesa gerou uma nova estrutura emocional. Os métodos de criação dos filhos dessa família eram nitidamente diferentes dos adotados antes pela aristocracia e o campesinato (POSTER, 1979, p.190).

Ariès (2006), comprova que a família aristocrata não lidava com a educação das crianças da mesma forma que a família burguesa. Até o século XII, a arte medieval representava a criança como uma miniatura de um adulto, e ela começava a trabalhar já com pouca idade. Isso quer dizer que eram mínimas as diferenciações entre o adulto e a criança. Nesse sentido, não havia a necessidade da família preparar a criança para o convívio com os adultos.

A própria idéia de infância, conforme demonstra Ariès, era indefinida. Apenas no fim do século XVI é que se passou a diferenciar as crianças dos adultos através de suas vestimentas. E é então que se inicia a idéia de respeito pela infância. No século XVII, com tantas mudanças que ocorreram na moral da época, os pais passaram a estreitar suas relações com os filhos. “A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas” (ARIÈS, 2006, p.194).

A família burguesa, ao assumir a responsabilidade pela educação das crianças, coloca-a em uma encruzilhada, na qual deverá optar entre a satisfação das pulsões - ainda parciais - ou pelo amor parental. Ao retomarmos a teoria freudiana compreendemos a razão do amor parental ser tão estimado pela criança. A satisfação das necessidades biológicas do bebê cria um vínculo residual do filho em relação àqueles que foram outrora essenciais para sua subsistência. Dessa forma, a dependência da criança em relação ao amor parental está ligada anacliticamente à própria sobrevivência. Contudo, conforme discutem vários autores, de Freud a Poster, a vida em sociedade tem um preço, e o mesmo ocorre com o amor parental.

Segundo Poster, a família burguesa é marcada pelos esforços para adiar a satisfação sexual, como nenhum outro modelo de família. A educação, pela qual a família foi responsabilizada, passa, portanto, pelo recalçamento dos impulsos sexuais da criança. Para tanto, os métodos utilizados na educação também se modificaram, era investido um maior afeto à prole e em contrapartida era exigido - sob a pena de castigos

corporais – que ela buscasse uma “perfeição moral”. Assim, durante seu desenvolvimento inicial,

a criança burguesa experimentava uma nova configuração emocional em que se lhe apresentava uma nítida opção entre seu corpo e o amor dos pais. Não se trata de uma questão de simples repressão[...] É, outrossim, uma questão de nova estrutura emocional, com suas próprias características. O que tornava a estrutura burguesa tão singular para a criança era o fato de serem tão absolutas, tão inevitáveis, as atrações ambivalentes do corpo e do amor parental (POSTER, 1979, p.192)

Outra característica que surge na família com a Modernidade, segundo Ariès (2006), é a privatização da família. A casa, que antes era um local para reunir-se com amigos, parentes, clientes e protegidos, passou a ser um local íntimo, com cômodos independentes, a fim de preservar a privacidade da família. Assim, criou-se uma antinomia entre o mundo do trabalho, competitivo e hostil, dominado pela racionalidade, e a vida familiar, dominada pela afetividade e pela cordialidade. Este contexto contribuiu para que a família se recolhesse cada vez mais no seu lar, reforçando paulatinamente as relações intrafamiliares.

Ao sair do domínio público, a família restringe o contato das crianças com os adultos, de modo que passam a ser oferecidas poucas opções de identificação para a criança. Nesse sentido, a dependência das crianças em relação aos seus pais é aumentada e as emoções envolvidas nas relações dentro da família são intensificadas. Esta dependência exacerbada da criança em relação aos pais cria uma situação delicada, pois a criança, a fim de garantir o amor desses de quem ela tanto depende, pode acabar se submetendo a diversos abusos.

Os dados coletados ao longo da pesquisa apontam que o agressor, na maioria dos casos, coincide com a figura de autoridade, com a reserva afetiva ou com a reserva material. Nesse sentido, a dependência da criança em relação a essas figuras familiares constitui um elemento facilitador para que ocorra a violência intrafamiliar. Assim, confirma-se que a privatização da família tem – não apenas velado – como criado condições para que haja casos de agressão dos pais ou cuidadores contra os filhos e dependentes. De acordo com Poster,

Como renunciou à função produtiva, o lar burguês também se divorciou da autoridade externa. [...] O poder dos pais sobre os filhos cresceu consideravelmente, na medida em que outras figuras de autoridade na comunidade perderam sua capacidade de intervir nas relações de família. O que acontecia na família não era da conta de ninguém (POSTER, 1979, p.189).

Nesse sentido, logo que o casamento passou a acontecer em função do amor romântico e este novo casal tem o objetivo de fundar um “confortável ninho doméstico” (POSTER, 1979, p.189), a educação da prole passa a ser assunto familiar, sem interferências externas. O isolamento ao qual a família burguesa se lançou, fez com que surgissem novas fontes de ansiedade e tensão. Poster afirma que, os novos moldes de família e educação, fizeram com que as mães perdessem o apoio da comunidade na difícil tarefa de educar seus filhos. Todavia, a educação dada às crianças era fiscalizada, de modo que qualquer coisa que acontecesse de mal ao bebê ou à criança era considerada culpa da mãe. “Nesse contexto, verificou-se que as interações entre mãe e bebê estavam carregadas de ansiedade” (POSTER, 1979, p.190).

Assim, a relação entre cuidador e dependente está recheada de afeto e angústia. A fiscalização da educação oferecida à criança não se limita ao acompanhamento informal da comunidade na qual a família se insere. De acordo com o autor, a partir de 1830 foram elaboradas orientações e normas que tratavam não apenas da educação dada à prole, mas de assuntos familiares em geral. Entretanto, não havia um acompanhamento das famílias burguesas a fim de verificar se as normas estavam sendo cumpridas.

Foi apenas com a criação dos direitos da criança e do adolescente é que qualquer prática que ferisse os direitos desta parcela da população passou a ser punida conforme os termos da lei. No Brasil, a elaboração de uma lei que protegesse as crianças e adolescentes só ocorreu no ano de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA. A educação de filhos e dependentes passou, então, a ser normatizada com base em princípios racionais.

A família vivencia, então, uma contradição entre a sociedade violenta na qual está inserida e um discurso produzido pela mesma de uma educação baseada em princípios como o amor, respeito e carinho. A violência permeia todos os espaços sociais das mais diversas formas, tornando-se um elemento habitual e cotidiano para os indivíduos. A contradição presente entre o discurso da sociedade acerca da educação e a realidade vivenciada pelos indivíduos faz emergir no cerne familiar, uma ansiedade exacerbada. Há uma expectativa de corresponder aos padrões impostos pela sociedade – e pela própria família a si mesma – na criação dos filhos ou dependentes em uma sociedade violenta que não fornece o apoio necessário para tanto. Verifica-se, dessa forma, que na família contemporânea, vários fatores favorecem o surgimento de um sentimento de desamparo.

A violência física aparece nesse contexto como uma resposta possível, capaz de impor as normas sociais à criança e sustentar o lugar subjetivo dos membros da família. A violência é legitimada ainda por uma conjuntura familiar que coloca a criança e o adolescente em uma situação delicada, na qual são os elementos mais frágeis por serem tanto materialmente quanto afetiva e subjetivamente dependentes. A grande dependência dos filhos em relação aos pais parece ser mais um fator ansiogênico, no interior da família. Em meio a tanta ambivalência e desamparo, a violência intrafamiliar visa reconhecer e sustentar o lugar subjetivo dos membros na família.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2002.

FREUD, Sigmund. Esboço de psicanálise (1940 [1938]). In: *Obras completas*, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

POSTER, Mark. *Teoria Crítica da Família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.